



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6759

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 17/10/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 169/2006. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros para atender ao Programa Família Acolhedora e abrir adicional especial ao orçamento vigente. (Referente à Lei nº 3.676, de 21/11/2006).

**Controle Interno – Caixa:** 21.1    **Posição:** 53    **Número de folhas:** 04

---

Especie: PL  
categoria: Repasse de recursos  
n.º 21.1  
ordem: 53  
n.º fls: 02



169/2006  
07.11.2006

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI \_\_\_\_/2006

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

**Autoriza o Poder Executivo Municipal Repassar Recursos Financeiros**

**para atender ao programa família acolhedora e abrir crédito adicional especial ao**

**orçamento vigente.**

### MOVIMENTO

1 - Entrada em - 17/10/2006

2 - Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas

3 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

4 - C.A. EM. 07.11.2006

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

**PROCURADORIA JURÍDICA**



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDER AO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE.**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a título de bolsa-auxílio o valor de R\$200,00 (duzentos reais) mensais para cada família incluída no Programa “Família Acolhedora”, neste exercício financeiro.

**Art. 2º.** O Programa Família Acolhedora atenderá até 25 (vinte e cinco) famílias.

**Art. 3º.** As famílias serão beneficiadas conforme encaminhamento da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Montes Claros e do Conselho Tutelar de Montes Claros em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 101, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 4º.** Para satisfazer ao repasse da importância de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), através da seguinte dotação orçamentária:

**Dotação: 09.04-08.244.0026.2184-339048.....R\$15.000,00**

**Bolsa Auxílio Programa Família Acolhedora**

**Art. 5º.** Para atender a abertura do crédito a que se refere o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a anular parcialmente, no valor que menciona, a seguinte dotação orçamentária:

**Dotação: 09.04-08.244.0026.2066 -339000**

**Valor: R\$15.000,00 (quinze mil reais)**

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 25 de outubro de 2006.

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
 A COMISSÃO DE FINANÇAS  
ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS  
 EM 31 DE OUTUBRO DE 2006  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

Opinamos pela aprovação,  
 por se tratar de ajuda  
 necessária às famílias que  
 acolhem crianças em situa-  
 ção de risco, número que  
 tem crescido de forma preo-  
 cupante nos últimos anos. É  
 também uma iniciativa emba-  
 sada no ECA.

*Frederico*  
 09/11/06

*Frederico*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
 APROVADO EM — DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
 EM 07 DE NOVEMBRO DE 2006  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.  
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 25 de outubro de 2006

Ofício nº. PJ/ 089/2006

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviço: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade “abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente para atender a destinação de recursos para o Programa Família Acolhedora”.

O Município repassará o valor de R\$200,00 (duzentos reais) a título de bolsa-auxílio para cada família incluída no Programa.

Cumprе dizer, que a Proposição atende o art. 26, da Lei Complementar nº 101/00 e art. 19 da Lei Municipal nº 3.417/05 (LDO).

“O Programa Família Acolhedora” é objeto de parceria entre o Município e o Estado, em consonância com o parágrafo único do art. 101 do ECA.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que, V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta